

AS INFLUÊNCIAS DA POLÍTICA NACIONAL NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA NAS DÉCADAS DE 1920 E 1930: A REGIÃO DO ATUAL MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Valdecir Soligo¹

RESUMO

No início do período republicano brasileiro, as questões em torno da educação popular se resumiam em diminuir o analfabetismo da população. A estrutura política sofrera alterações substanciais e as oligarquias assumiram o poder sem abrir mão dos privilégios sociais e políticos criando um cenário merecedor de especial atenção e pesquisa. A década de 1920 apresenta-se com relevante importância no cenário histórico e educacional brasileiro. Depois da Primeira Guerra Mundial, além do crescimento industrial, o Brasil, também, passou a intensificar e diversificar suas relações comerciais e financeiras, principalmente, com os Estados Unidos da América. Juntamente com as mudanças econômicas vieram as transformações culturais. A década de 1930 destaca-se pelas mudanças ocorridas no âmbito da política, da economia e da sociedade brasileira, mais, grande parte destes acontecimentos tiveram suas origens, ainda, na década de 1910 e 1920. Distante deste cenário de inquietações teóricas e políticas, uma outra realidade se apresenta, principalmente, em regiões em que o processo de colonização ainda era incipiente abrindo um grande campo para as pesquisas educacionais, principalmente por não serem numerosos os trabalhos em torno de temas educacionais nestas regiões. Para discutirmos políticas educacionais e a história da educação na região do atual município de Concórdia no Estado de Santa Catarina nas décadas de 1920 e 1930, inicialmente precisamos investigar alguns aspectos da política e da economia em nível nacional, considerando que as ações educacionais se constroem historicamente, como parte integrante do processo de constituição do ensino público elementar, tentamos reconstruir elementos históricos que contribuíram para a formação das políticas educacionais brasileiras para posteriormente analisarmos suas influências mais diretas em nível regional. A década de 1920 é para a maior parte do interior do sul do Brasil, um momento de dificuldades estruturais em todos os setores e a educação formal era realidade para poucos. O atual município de Concórdia, na época distrito de Cruzeiro, com o nome de Queimados, revelava tais condições. De modo geral este estudo revela parte da História da Educação Catarinense destacando as condições educacionais e sociais do período inicial da História do Município de Concórdia, procurando relacionar fatos locais com a política econômica e educacional do Brasil.

Palavras chave: Educação, História da Educação, Políticas Educacionais, História Regional.

¹ Professor da rede de ensino público e particular do município de Concórdia, **Mestrando em Educação** – UPF, Especialista em Ciências sociais, graduado em História.

Abstract

In the beginning of the Brazilian republican period, the subjects around the popular education were summarized in decreasing the illiteracy of the population. The political structure had suffered substantial alterations and the oligarchies assumed the power without opening hand of the social and political privileges creating a scenery worthy of special attention and he/she researches. The decade of 1920 comes with important importance in the Brazilian historical and educational scenery. After First World War, besides the industrial growth, Brazil, also, started to intensify and to diversify its commercial and financial relationships, mainly, with United States of America. Together with the economic changes the cultural transformations came. The decade of 1930 stands out for the changes happened in the ambit of the politics, of the economy and of the Brazilian society, plus, great part of these events had its origins, still, in the decade of 1910 and 1920. Distant of this scenery of theoretical and political inquietudes, another reality comes, mainly, in areas in that the colonization process was still incipient opening a great field for the educational researches, mainly for they be not numerous the works around educational themes in these areas. For we discuss educational politics and the history of the education in the area of the current municipal district of Concord in Santa Catarina's State in the decades of 1920 and 1930, initially we needed to investigate some aspects of the politics and of the economy in national level, considering that the educational actions are built historically, as integral part of the process of constitution of the elementary public teaching, we tried to reconstruct historical elements that contributed to the formation of the Brazilian educational politics for later on we analyze its more direct influences in regional level. The decade of 1920 is for most of the interior of the south of Brazil, a moment of structural difficulties in all the sections and the formal education was reality for few. The current municipal district of Concord, at that time district of Cruzeiro, with the Burned name, revealed such conditions. In general this study reveals part of Educação Catarinense's History highlighting the educational and social conditions of the initial period of the History of the Municipal district of Concord, trying to relate local facts with the economic and educational politics of Brazil. Key words: Education, History of the Education, Educational Politics, Regional History.

Key – words: Education, history of education, educational politics, regional history

Falar sobre a História da Educação e de políticas educacionais nas décadas de 1920 e 1930, no contexto do desenvolvimento regional, exige a retomada de algumas questões em torno da política e da economia brasileira, que antecederam a este período. Para isso, optei em organizar esta discussão, iniciando pelo contexto político nacional da década de 1910, sem perder de vista, o advento da Proclamação da República em 1889, e a Primeira Guerra Mundial findada em 1918. Em um segundo momento, parti para os tramites da década de 1920, tratando mais especificamente das questões da educação a nível nacional. Para então, passar a falar sobre a década de

1930, primeiramente em termos políticos estruturais a nível nacional e posteriormente sobre a região do atual município de Concórdia, reconstruindo sua história política e econômica para depois passarmos para a educação neste município. Para fechar, busco mostrar a relação entre os acontecimentos regionais em torno da educação com o contexto das políticas educacionais e econômicas nacionais.

Educação nos primeiros anos da República

No início do período republicano brasileiro, as questões em torno da educação popular se resumiam no projeto de erradicação do analfabetismo da população. A estrutura política sofrera alterações substanciais, mas as elites assumiram o poder sem abrir mão dos privilégios sociais e políticos. As demandas educacionais se definiam na perspectiva econômica. Durante o Império e primeiras décadas da República, a economia nacional baseava-se nas oligarquias cafeicultoras, dispensando maiores exigências em níveis educacionais. Ainda que, a Constituição da República de 1891, tenha instituído o sistema federativo de governo e consagrado a descentralização do ensino, não fez mais do que ratificar o dualismo entre União e Estados. A União incumbia-se de criar instituições de ensino superior e secundário, delegando aos Estados a competência de promover e legislar sobre a educação primária. Na prática este sistema oficializava a distância entre a educação da classe dominante (escolas secundárias e ensino superior), e da educação do povo (ensino primário e escola profissional) refletindo o dualismo próprio da sociedade brasileira. (ROMANELLI, 1986, p.41).

No entanto, os acontecimentos políticos e sociais das últimas décadas do século XIX, como o fim da escravidão (1888), a vinda de levas de imigrantes, principalmente italianos, e a própria proclamação da República(1889), entre outros, despontou para uma sociedade muito mais complexa do que a anterior sociedade escravocrata. Neste contexto o povo não se identificava mais como uma massa homogênea de trabalhadores rurais, escravos e agregados de fazendas e pequenos artífices ou comerciantes urbanos. Agora a sociedade brasileira encarava uma nova face, composta por imigrantes, que tinham as mais diversas ocupações urbanas e em muitos casos substituíram a mão-de-obra escrava nos cafezais ou fixaram-se em pequenas propriedades rurais de subsistência, uma pequena burguesia, ela própria heterogênea, um camada média de intelectuais, padres, militares e outros, formavam a crescente

classe média. Esta complexa organização social não considerava mais suficiente as instituições simplistas de até então. Assim, aos poucos, a instituição da escola dualista foi sendo comprometida com o crescimento da classe média e operária brasileira. A permanência da educação nos moldes acadêmicos e aristocráticos e a pouca importância dada à educação popular fundavam-se na estrutura e organização da sociedade. Somente com claros sinais de início da ruptura da velha estrutura é que a situação da educação começou a tomar novos rumos (ROMANELLI, 1986, p.44).

O entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico.

Segundo Ghiraldelli (1994), o desenvolvimento de políticas educacionais na Primeira República se deu na conjunção de dois movimentos, primeiro o *entusiasmo pela educação* e em segundo o *otimismo pedagógico*. O entusiasmo surgiu no período de transição do Império para a República reunindo as idéias de expansão da rede escolar, atendendo a nova demanda social. Já o otimismo pedagógico buscava melhorar as condições didáticas e pedagógicas da rede escolar, se fortalecendo como movimento a partir de 1925, adquirindo maior importância na década de 1930, com o Manifesto da Escola Nova (1932).

O entusiasmo pela educação, dividiu-se em dois momentos, o do início da República que refletia o espírito dos intelectuais ligados à sociedade política, e o da década de 1910 ligado a sociedade civil, formada por intelectuais ligados a nascente burguesia e das classes médias urbanas, desligando-se momentaneamente do governo (GHIRALDELLI, 1994, p.18)

Outro elemento importante para o entusiasmo da educação foi o nacionalismo, gerado pelo advento da Primeira Guerra Mundial. Este surto de nacionalismo e patriotismo conquistou muitos intelectuais, que viram na ampliação da educação popular uma boa oportunidade para proliferar suas idéias, ao mesmo tempo, que se registra um relativo crescimento industrial e um novo patamar de urbanização da sociedade brasileira, que passa a exigir maiores cuidados com a educação popular.

A década de 1920 apresenta-se com relevante importância no cenário histórico e educacional brasileiro. Primeiramente, por ser herdeira das prerrogativas das décadas anteriores e por se tratar de um momento de grande agitação política e intelectual, ao mesmo tempo, que se intensificam os projetos de colonização e ocupação de regiões mais interioranas, com a região do atual município de Concórdia. Os anos vinte

princiaram momentos de transformação cultural significativa no país. Depois da Primeira Guerra Mundial, além do crescimento industrial, o Brasil, também, passou a intensificar e diversificar suas relações comerciais e financeiras, principalmente, com os Estados Unidos da América. Juntamente com as mudanças econômicas vieram as transformações culturais. O foco de influência cultural, muito mais europeu, perde força diante do bombardeio estadunidense, através de filmes, imprensa, literatura e etc. A vida e o comportamento recebem novas diretrizes, tornando-se novos paradigmas para boa parte dos intelectuais do país. Como não podiam ser diferentes, as influências se estendem, também, para o campo educacional e pedagógico.

Neste contexto surge um grupo de intelectuais brasileiros que passam a se interessar pela educação, aprofundando as discussões em torno da qualidade da educação e da quantidade de estabelecimentos educacionais. Dentre estes pensadores destacamos Anísio Teixeira, considerado o idealizador da educação pública brasileira. Boa parte de seu pensamento foi inspirada no filósofo estadunidense John Dewey, que considerava a educação uma constante reconstrução da experiência. Uma das marcas do pensamento de Anísio Teixeira foi à inquietação permanente diante dos fatos, considerando que a verdade não é algo definitivo e deve ser buscado continuamente. Assim a escola passaria a ter uma nova responsabilidade, deveria educar em vez de instruir. Outra preocupação foi à universalização da escola pública. Assim, o ideário escolanovista, de Dewey, conjugava-se com o nascente otimismo pedagógico, que centrava suas preocupações na reorganização interna das escolas e no redirecionamento didático e pedagógico da educação brasileira.

No final da década de 1920, o entusiasmo e o otimismo pedagógico se completaram e se chocaram, desdobrando-se pela sociedade civil em forma de conferências, como as promovidas pela Associação Brasileira de Educação (ABE). Já, as políticas educacionais, tenderam ao abandono do entusiasmo e adoção do otimismo pedagógico.

Mudanças na política e na educação brasileira na década de 1930.

A década de 1930 destaca-se pelas mudanças ocorridas no âmbito da política, da economia e da sociedade brasileira, mas, grande parte destes acontecimentos tiveram suas origens, ainda, na década de 1910 e 1920.

Em outubro de 1930, o Governo do Presidente Washington Luiz era derrubado por um golpe armado, movimento que ficou conhecido como Revolução de 1930, cujo suas origens adivinham de várias revoltas armadas da década anterior. Com estes movimentos o que se procurou foi o ajustamento de setores novos da sociedade com os tradicionais e destes dois com o setor internacional. Frisa-se, também, a crise econômica estadunidense de 1929, que repercutiu em economias de inúmeros países do mundo, inclusive do Brasil. A crise se acentuou quando a política econômica do Governo, que visava proteger as oligarquias cafeeiras, através da garantia de preços do café no mercado exterior, já não se sustentava mais. A superprodução era tanta que a retirada do produto do mercado pelo Governo não surtia efeitos (GHIRALDELLI, 1994, p.47).

Enquanto boa parte do mundo ainda estava mergulhada na crise, a economia brasileira, já em 1933, mostrava sinais de reação de forma dinâmica. O crescimento do mercado interno e a queda das exportações implicaram a transferência de investimentos para outros setores. Estes efeitos se fizeram presentes tanto em setores tradicionais, como a agricultura, como na indústria (SODRÉ, 1967, p. 286).

Assim que o novo governo se instalou, a princípio em caráter provisório, sob a Presidência do gaúcho Getúlio Vargas, começou a revelar as disparidades de pensamento sobre a condução política do país, gerada pelo conflito de interesses dos diferentes grupos que haviam apoiado o golpe. Nos primeiros anos de governo provisório, foram os tenentistas e os constitucionalistas que divergiram, os primeiros defendiam a permanência de Vargas no poder, os segundos, reivindicavam uma constituição, desembocando na Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932. As forças ligadas a este movimento eram as mesmas ligadas aos interesses dos latifundiários e ao liberalismo econômico de outrora, que só aliaram-se a Revolução de 1930, por oposição ao governo anterior e não por convicção ideológica reformista. Em 1934, Vargas promulgou uma nova constituição, onde os tenentistas perderam influência sobre o governo que caminhou em direção dos velhos interesses. O mesmo dualismo operou nas relações do governo com a burguesia industrial e o setor militar, jogando com o apoio de setor moderno e do setor tradicional. O não posicionamento de Vargas ampliou, ainda mais, as divergências, aumentando o descontentamento da esquerda e da direita nascente. O primeiro tentou um movimento em 1935, conhecida por Intentona Comunista, logo esmagado pelo Governo, o segundo, consubstanciada na Ação Integralista, passou a agir contra o Governo, dando-lhe motivo para realizar o

golpe de Estado de 1937. A partir de então, viveu-se um Estado Ditatorial até 1945. Ainda neste percurso, o início da Segunda Guerra Mundial representou forte influência nas políticas internas (SKIDMORE, 1969, p. 26-27). Os quinze anos do Governo Vargas foram marcados por um período de maior instabilidade política, de 1930 à 1937 e um segundo momento, marcado pela ditadura do Estado Novo, que vai até 1945. O golpe de 1937 determinou, finalmente, o caminho histórico do Brasil. Os objetivos de bem-estar social e nacionalismo econômico, muito debatido no começo daquela década, iriam ser agora perseguidos sob a tutela autoritária, aprofundando a dicotomia entre constitucionalismo e o nacionalismo antidemocrático (SKIDMORE, 1969, p. 52).

Nos anos 30, em meio a um processo de constituição definitiva de um Estado-Nação e de dicotomias de ideologias políticas, consolida-se o projeto de um Sistema Nacional de Ensino que buscou amenizar as diferenças de concepção de escola abarcadas sob as enormes diversidades regionais (MATE, 2002, p.12).

A intensificação do capitalismo industrial no Brasil, seguindo os cursos da indústria em outros países, e que teve a Revolução de 1930, como seu maior representante, determinou o aparecimento de novas exigências educacionais. A nova situação, tanto política, como econômica, veio modificar profundamente o quadro das aspirações sociais, educacionais e as próprias ações do Estado. Por tanto, o crescimento da demanda social pela educação ampliava, também, a pressão cada vez maior pela expansão do ensino. Mas, a expansão da demanda escolar não aconteceu de forma igual em todo o território brasileiro, ela se deu primeiramente nos centros mais industrializados, traduzindo-se nas contradições cada vez mais profundas percebidas em nosso sistema educacional atual (ROMANELLI, 1986, p.61).

Entre 1930 e 1937, é possível identificar quatro projetos distintos de educação brasileira. 1- *Liberais*, formado por intelectuais voltados para a construção de um país com bases urbano-industriais e democráticas endossados pela Pedagogia Nova. Grande parte das reformas educacionais da década de 1920, foram efetuadas por estes, e por isso, ficaram conhecidos como profissionais da educação. Também foram responsáveis pela publicação do Manifesto dos Pioneiros de Educação Nova (1932), documento que propunha as bases pedagógicas renovadas e a reformulação da política educacional. 2- *Católicos*, opositores diretos dos liberais e defensores da Pedagogia Tradicional. 3- O *Governo*, que ficou no centro dessa disputa, buscando aparentar uma situação de neutralidade. 4- Aliança Nacional Libertadora (ANL), recuperou, em parte,

os projetos de política educacional do Movimento Operário da Primeira República, defendendo, principalmente a tese de democratização da educação e se opondo ao imperialismo e ao fascismo. Em suma, todos desejavam construir um novo Brasil.

Concórdia e colonização, diante do cenário nacional.

Distante deste cenário de inquietações teóricas, uma outra realidade se apresenta, principalmente, em regiões em que o processo de colonização ainda era incipiente. A década de 1920 é para a maior parte do interior do sul do Brasil, um momento de dificuldades estruturais em todos os setores e a educação formal era realidade para poucos. O atual município de Concórdia, na época distrito de Cruzeiro, com o nome de Queimados, revelava tais condições. Assim, não é possível falar de educação nestas regiões sem ter em vista seu contexto socioeconômico, durante as décadas de 1920 e 1930.

A colonização do meio-oeste catarinense tem seu principal impulso nas primeiras décadas do século XX. No ano de 1916, ocorre o acordo de limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina, pondo fim a Guerra do Contestado (1912-1916). A partir da criação do município de Cruzeiro, atual Joaçaba, logo após o término da Questão do Contestado, empreendedores passaram a atuar na comercialização de terras, e vão em busca de imigrantes e descendentes de italianos e alemães nas colônias velhas do Rio Grande do Sul. A empresa de maior sucesso foi a colonizadora Sociedade Territorial Mosele Eberle, Álvares e Cia., responsável, entre outras, pela ocupação da região de Rio Engano, onde está localizado o atual município de Concórdia.

Como parte integrante do município de Cruzeiro, a pequena localidade de difícil acesso, denominada de Queimados, situada às margens do riacho de mesmo nome, era habitada por um grupo de caboclos, não ficando claro quantos habitantes ocupavam a região, pois os relatos variam em números entre um pequeno grupo e aproximadamente três mil pessoas. Estes caboclos oriundos de outras regiões encontravam-se sem lideranças e derrotados na Guerra do Contestado foram aos pouco empurrados para o sul, encontrando, onde hoje esta a sede do município de Concórdia, um refúgio para sua sobrevivência.

Com o fim da Guerra do Contestado e com o término da construção da estrada de ferro, que cruzava a região ligando o Estado de São Paulo ao Estado do Rio Grande

do Sul, a Brazil Development and Colonization Company, detentora de 30 km de terras as margens da ferrovia, vende para a colonizadora Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Alvares e Cia. a Colônia Rio Engano, em 18 de maio de 1925, iniciando a partir de então, a colonização oficial desta região.

A chegada de colonos ítalo-germânicos oriundo, principalmente, do Rio Grande do Sul, gerou impasse com os caboclos, uma vez que haviam adquirido a terra até então ocupada por estes, que não detinham nenhum documento legal de posse. Ano, após ano, mesmo diante das inúmeras dificuldades, próprias de uma localidade nascente, como falta de estradas, recursos médicos e até mesmo alimentares, o número de migrantes descendentes de italiano e alemães aumentava, ao passo que gradativamente os caboclos foram se dissipando, quer migrando para outras regiões, ou através de uma pequena miscigenação, resultante de casamentos de caboclos com migrantes. Não tardou muito, para que a predominância de comunidades de descendentes italianos e alemães se tornasse aparente, transformando o espaço natural em pequenos vilarejos, proliferando sua cultura, hábitos e costumes. A colonização da região acentua-se mais a partir de 1927, com a conclusão da Rodovia ligando a região ao município de Marcelino Ramo no Estado do Rio Grande do Sul, e facilitando o acesso a estação ferroviária de Volta Grande.

A partir de 1927, já foi possível perceber os primeiros sinais de desenvolvimento econômico e social, com a criação do cartório, correio, delegacia, hospital, e a elevação da localidade a categoria de distrito. A partir de então, o objetivo maior da população do Distrito de Concórdia, nome que teria originado por motivos de acordo entre caboclos e colonizadores, foi a emancipação político e administrativa em relação ao Município de Cruzeiro.

Devido ao intenso fluxo migratório, e tendo como questão chave o descontentamento da população diante do descaso do município de Cruzeiro e do próprio governo Estadual, a colonizadora Cia Mosele, juntamente com colonizadores passam a fomentar a idéia da autonomia administrativa. Fato consumado no dia 29 de junho de 1934:

Gente simples, ordeira, dedicada à agricultura, a maioria composta por analfabetos, os colonos enfrentaram e venceram o desafio de viver naquelas terras. Abandonados pelo Município de Cruzeiro, alimentaram com união e trabalho o sonho e a certeza de que o desenvolvimento viria com a conquista da autonomia através da criação do município de Concórdia (Ferreira, 1994, p. 148).

Em pouco, anos, a localidade passa de povoado a distrito e deste a município, exigindo reestruturar a política, através da nomeação do primeiro prefeito, o Sr. José Luis de Castro, o projeto de um novo município se consagra. Este é auxiliado por um Conselho Municipal, constituído por pessoas da Comunidade. Em substituição a este, é nomeado Segundo Dalla Costa em janeiro de 1935, o qual permaneceu no cargo até março de 1937. Após o Golpe do Estado Novo de Getúlio Vargas, quem assume a administração pública de Concórdia é Dogelo Goss, permanecendo no poder até 12 de dezembro de 1945.

Em termos econômicos, destacava-se a subsistência, com cultivos de cereais, como milho, trigo, feijão, a criação de animais como porcos, bovinos e galinhas, gerando excedentes que eram trocados por gêneros não disponíveis no município. A cultura dos colonizadores possibilitou o surgimento de uma indústria caseira. A abertura de novas estradas trouxe relativa proximidade com outras comunidades facilitando o comércio. A erva-mate colaborou para o crescimento econômico da região, a madeira também, destaca-se como importante produto comercializado com a Argentina, através do rio Uruguai, que servia de via de transporte. Além do comércio, a madeira fez parte do dia-a-dia da vida dos migrantes na construção de suas casas e demais dependências de suas propriedades. As casas comerciais difundiram-se, implementando o comércio local. Na agricultura e pecuária as técnicas eram rudimentares, só sendo modificadas a partir da instalação de agroindústrias no município.

A educação em tempos de colonização em Concórdia.

A preocupação com a educação, nasce antes mesmo do próprio município, pois, com a intensificação da chegada de inúmeros migrantes a partir da segunda década do século XX, veio também a necessidade de criar condições para a educação das gerações mais novas. Entre 1920 a 1933 a escola era normalmente improvisada em casas particulares e os professores não tinham formação específica, eram voluntários e recebiam doações dos pais dos alunos. Para ser professor bastava saber ler e escrever. Dessa forma os relatos de pioneiros contidos no livro de Remi A. Favero, “A Saga de Pioneiros”(2004), retrata em praticamente todas as famílias a preocupação com a educação dos filhos, bem como as dificuldades que eram encontradas na região, principalmente pela escassez de estabelecimentos de ensino.

Diante das dificuldades de acesso a outras localidades, e tantos outros problemas enfrentados pelos primeiros colonizadores da região, como faz o relato de Palmira Maziero Fontana, que revela-nos como foi o início da educação no município:

A primeira escola primária foi inaugurada em 22 de maio de 1926, numa casa de madeira, onde hoje se localiza a prefeitura. Mais tarde, o Brancher também ensinava as crianças, sendo aberta mais uma sala de aula no terreno alagado, onde hoje está a Escola Básica Deodoro, a sala era cedida e para os alunos poderem entrar, foram colocadas várias tábuas para no atolar.(FONTANA, 1992).

Em meados da década de 1920, a localidade de Queimados, atual sede do município de Concórdia, passa a contar com alguns estabelecimentos de ensino, ainda que improvisados e sem profissionais habilitados, que atendiam as necessidades mais urgentes da população. Neste aspecto, podemos perceber que a realidade da nascente comunidade de Concórdia seguia os moldes do restante do país. A diferença esta no tempo, pois, enquanto regiões urbanizadas a mais tempo estavam vivendo um momento de mudanças na educação, com reformas e movimentos em prol da educação do povo, o interior, e mais especificamente, as novas colônias, lutavam pela sobrevivência e um mínimo de educação para as gerações mais novas, pensando em ter acesso a escolas, sem demonstrar preocupação com qualidade do ensino ou qualificação de professores, bastava encontrar alguém e um lugar disponível para que iniciasse as aulas.

No depoimento de Lorenço Bordignon, aparece o que podemos citar como início da educação formal na sede da comunidade de Queimados, que deu origem ao atual município de Concórdia:

Nos primeiros anos, por falta de uma sala de aula, o professor Brander e a Dona Maria Gunther, lecionavam na Igreja. Somente a partir do ano de 1935, quando criada a Escola Isolada Municipal é que passou a funcionar na casa do Sr. Anselmo Pagnoncelli e mais tarde com o início do Colégio São José e a criação do Grupo Escolar Deodoro, do Estado, é que os filhos mais novos puderam fazer o curso primário. Os mais velhos tiveram pouca oportunidade de estudar (FAVERO, 2004, p. 15).

A Igreja e salas improvisadas serviam como salas de aula nos primeiros anos, até que se dispusesse de local adequado para uma escola. Inúmeros outros depoimentos demonstram a preocupação com a educação dos jovens e revelam a preocupação com o ensino formal.

A preocupação em educar os filhos gerou o comprometimento dos colonizadores com a implantação de estabelecimentos educacionais adequados às necessidades da localidade, e muitos colaboravam com o que dispunham, fosse financeiramente ou através de prestação de serviços.

Até a criação do Município de Concórdia em 1934, a sede contava apenas com uma escola subvencionada pelo Governo do Estado, atendendo cerca, de 65 alunos. Distribuído pelo restante do distrito, existiam pelo menos mais cinco escolas. Uma em Fragosos com auxílio do município de Cruzeiro que contribuía com o pagamento dos salários da professora Maria Gunther, uma escola particular em Nova Germânia, atual município de Arabutã, e outras três escolas improvisadas com professores leigos voluntários que auxiliavam as comunidades sem assistência educacional por parte do poder público. Em toda a região estas escolas atendiam juntas cerca de 240 crianças, o que se tornava insuficiente a medida que a população aumentava. A partir de 1934, a educação teve aparente melhora, sendo que em 1937, Concórdia já contava com 28 escolas municipais, 8 escolas isoladas estaduais e 8 particulares, sem fins lucrativos e não subvencionadas pelo Município (Ferreira, 1994, p. 148) .

Considerações finais

Partindo deste breve histórico da educação brasileira e dos tempos de colonização de Concórdia, pode-se traçar parâmetros que não fogem muito a realidade de outras localidades interioranas de colonização mais recente. Da mesma forma não há como tratar de educação, buscando discutir teorias educacionais e políticas públicas, sem considerar os embates políticos e sociais, tanto regionais como nacionais.

Em se tratando mais especificamente da região do atual município de Concórdia, não há indícios de preocupação com a qualidade do ensino ou com a formação dos professores, por parte os moradores e país de crianças, principalmente na década de 1920. No entanto, o aumento da oferta de escolas, bem como da participação do Estado e dos Municípios, revelam tendências originárias de grupos de pensadores como o de Anísio Teixeira, pois até mesmo em regiões mais remotas a escola pública começa a aparecer e se multiplicar.

Na década de 1930, a educação evidencia-se, principalmente com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, e com as referências na própria Constituição

Brasileira e na Criação de um ministério para assuntos educacionai. Neste cenário as escolas particulares, estaduais, municipais e religiosas passam a compor a estrutura de ensino formal brasileiro que se estende até os dias atuais.

Referências

- FAVERO, Remi Antônio. **A saga de pioneiros**. Gráfica Sul Oeste, Concórdia - SC, 2004.
- FERREIRA, Antenor G. Z. **Concórdia: O Rastro de sua História**. Fundação Municipal de Cultura, Concórdia, 1992.
- FONTANA, Palmira Maziero. **Colonização de Concórdia**. Concórdia, 1990. Entrevista concedida a Eunice Franczak em maio de 1990.
- GHIRALDELLI Jr, Paulo. **História da Educação**. 2 ed. rev. Cortez Editora, 1994.
- MATE, Cecília Hanna. **Tempos Modernos na Escola: os anos 30 e a racionalização da educação brasileira**. Bauru, SP: EDUSC; Brasília, DF: INEP, 2002.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 8ª. ed. Vozes: Petrópolis, RJ. 1986.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Trad. De Ismênia Tunes Dantes. Rio de Janeiro, Saga, 1969.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Burguesia Brasileira**. 2ª. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.